

O Ibovespa terminou setembro com uma queda mensal de 3,08%, com decisões de juros no radar dos investidores

Por aqui, o Copom elevou a Selic a 10,75% ao ano, enquanto o Federal Reserve (Fed) iniciou o ciclo de relaxamento monetário nos Estados Unidos

Para outubro, consultamos oito bancos e corretoras para entender quais são as ações mais recomendadas agora

Depois de alcançar o seu melhor resultado do ano em agosto, ao subir 6,54% no período, o Ibovespa passou por uma correção e terminou setembro com uma queda mensal de 3,08%. Os grandes destaques do noticiário foram as decisões de juros do Federal Reserve (Fed), nos Estados Unidos, e do Comitê de Política Monetária (Copom), no Brasil.

Nas terras norte-americanas, aconteceu o tão esperado início do ciclo de afrouxamento monetário. Em 18 de setembro, o Fed optou por cortar a taxa de juros em 50 pontos-base, para a faixa entre 4,75% e 5,00%. Esse foi o primeiro ajuste para baixo desde que a fase de aperto monetário começou, em março de 2022, e o primeiro corte desde 2020.

A decisão foi um gatilho importante para a manutenção da boa performance dos ativos de risco nos Estados Unidos. Índices como o S&P 500 e o Dow Jones chegaram, inclusive, a renovar as máximas históricas de fechamento no último pregão de setembro. No entanto, para o time da Ágora Investimentos, ao cortar os juros em 50 pontos-base, em vez de 25 pontos-base, o Fed passou uma mensagem de que a economia americana pode não estar tão bem assim.

Publicidade

A corretora entende que possivelmente os ânimos continuarão em alta no exterior, já que historicamente, o quarto trimestre responde por 43% do retorno global anual médio total. “Mas não alteramos materialmente nossa percepção de que os riscos estão se acumulando e acreditamos que, em algum momento no início de 2025, as ‘fichas caíam’ e ajustes mais intensos ocorram em alguns mercados acionários – especialmente entre os americanos”, afirma a equipe da Ágora em relatório.

No Brasil, o Copom decidiu retomar o ciclo de alta da taxa de juros, elevando a Selic de 10,50% para 10,75% ao ano. A medida já vinha sendo esperada pelo mercado, já que o cenário para a política monetária tinha se tornado mais desafiador no País, com a desancoragem das expectativas de inflação e as incertezas em relação à política fiscal. Em seu comunicado, o Banco Central não deu sinalizações sobre o que esperar das próximas reuniões, dizendo apenas que os ajustes futuros dependerão de novos dados.

Na opinião da Ágora, a elevação dos juros no Brasil e o clima constante de temor fiscal pressionaram o desempenho do Ibovespa no último mês. “Nossos já conhecidos desafios relacionados ao ambiente fiscal continuaram impondo maiores prêmios para o posicionamento em renda variável, algo que se somou ao acréscimo de 25 pontos-base na Selic, trazendo-a aos 10,75% ao ano. Além disso, apesar da ausência de orientações para os próximos passos, é muito provável que esse aperto monetário não pare por aqui”, ressalta o time da corretora.

As principais recomendações para outubro

As ações da JBS (JBSS3), Petrobras (PETR4) e Localiza (RENT3) dividem o topo da lista de indicações dos bancos e corretoras consultados pelo E-Investidor para outubro. Os três papéis contam com quatro menções nas carteiras analisadas. Na sequência, Vale (VALE3) e Cyrela (CYRE3) ficam empatadas no segundo lugar, cada uma com três citações.

Na visão do Itaú BBA, após um 2023 desafiador, com diferentes fatores macroeconômicos e

microeconômicos afetando negativamente todas as linhas de negócio da companhia simultaneamente, a JBS deve atravessar um caminho de recuperação pela frente, principalmente decorrente da melhora sequencial no segmento de frango no Brasil e nos Estados Unidos. “Também avaliamos que a empresa pode se beneficiar da apreciação do dólar frente ao real, tendo em vista cerca de 85% da sua operação em moeda estrangeira”, afirma a equipe do banco em relatório.

Em relação à Petrobras, a Ágora acredita que a tese de investimentos na estatal segue ancorada nas expectativas de retorno total ao acionista através da distribuição de bons dividendos. Pelos seus cálculos, a corretora estima um rendimento médio de dividendos justo de 12% para os próximos cinco anos. “Daqui para frente, é importante monitorar o plano estratégico da companhia, com mais detalhes sobre seu cronograma de capex (investimentos), mas não esperamos grandes mudanças na estratégia de alocação de capital”, ressalta a casa.

Publicidade

Já a Localiza, também presente nas carteiras de quatro casas, pode se beneficiar do rejuvenescimento da frota de veículos, além da perspectiva de expansão no México, que é vista como uma nova avenida de crescimento. Outros fatores positivos, de acordo com a Terra Investimentos, são o cenário de concorrência mais disciplinada e a resiliência da demanda. “A tese de compra se baseia na assimetria positiva resultante da desvalorização dos papéis em 2024, enquanto os preços de carros novos e usados mostram sinais de estabilização, indicando que o pico da depreciação pode estar próximo”, complementa ainda a corretora.

Outra “queridinha” dos bancos e corretoras é a Vale, que subiu 6,65% em setembro, beneficiada nos últimos dias pelo anúncio de um novo pacote de estímulos econômico na China. A Ágora também viu de forma positiva a maior confiança da empresa em atingir o nível de produção de 340 a 360 toneladas em 2026 e o tom da administração sobre o desempenho de custos. “Esperamos que a companhia se beneficie da demanda sazonalmente mais forte de minério de ferro na China e de uma melhora adicional em seus fundamentos”, diz a corretora.

Quanto à Cyrela, que também se destacou nas recomendações, o Itaú BBA enxerga um momento operacional bastante saudável, com queda na duração do estoque e velocidade de vendas acompanhando a alta de lançamentos. A ação é a preferida do banco para o setor de construção civil de média e alta renda. “A maior liquidez da Cyrela em relação aos seus pares, sua disciplina operacional e a posição confortável de balanço fazem da companhia nossa preferência”, indica o BBA.

Veja a seguir as carteiras recomendadas de ações de todos os bancos e corretoras consultados pelo E-Investidor para outubro:

Ágora

A Ágora realizou apenas uma mudança em sua carteira recomendada de ações para outubro. A corretora retirou as ações da Eletrobras (ELET6) e incluiu os papéis da Eneva (ENEV3).

Ações

Eneva (ENEV3)

Cyrela (CYRE3)

EcoRodovias(ECOR3)

BTG Pactual (BPAC11)

Telefônica Brasil (VIVT3)

Localiza (RENT3)

JBS (JBSS3)

Petrobras (PETR4)

Sabesp (SPSP3)

Vale (VALE3)

BB Investimentos

O BB Investimentos mudou a sua carteira recomendada para outubro por completo. Saíram os papéis do Bradesco (BBDC4), CSN Mineração (CMIN3), Petrobras (PETR4), Petz (PETZ3) e Vale (VALE3), com entrada de Bradespar (BRAP4), CSN (CSNA3), Eneva (ENEV3), SLC Agrícola (SLCE3) e Tim (TIMS3).

Ações

Bradespar (BRAP4)

CSN (CSNA3)

Eneva (ENEV3)

SLC Agrícola (SLCE3)

Tim (TIMS3)

Empiricus

A Empiricus não alterou a composição da sua carteira para outubro.

Ações

Cosan (CSAN3)

Equatorial (EQTL3)

Itaú (ITUB4)

Localiza (RENT3)

Iguatemi (IGTI11)

Eletrobras (ELET6)

Direcional (DIRR3)

StoneCo (STOC31)

Prio (PRIO3)

Grupo SBF (SBFG3)

Genial

Em relação ao mês de setembro, saíram as ações do Banco do Brasil (BBAS3), Kepler Weber (KEPL3), Petrobras (PETR4) e Vulcabras (VULC3), com entrada dos papéis da CPFL Energia (CPFE3), GPS Participações (GGPS3), JBS (JBSS3) e Sanepar (SAPR11).

Ações

CPFL Energia (CPFE3)

BTG Pactual (BPAC11)

BR Partners (BRBI11)

Itaú (ITUB4)

Engie (EGIE3)

Energisa (ENGI11)

GPS Participações (GGPS3)

JBS (JBSS3)

Sabesp (SBSP3)

Sanepar (SAPR11)

Itaú BBA

O Itaú BBA realizou três alterações em seu Radar de Preferências para outubro. Foram incluídos os

papéis da Caixa Seguridade (CXSE3), São Martinho (SMTO3) e Embraer (EMBR3), enquanto B3 (B3SA3), SLC Agrícola (SLCE3) e Santos Brasil (STBP3) saíram.

Ações

São Martinho (SMTO3)

Multiplan (MULT3)

Caixa Seguridade (CXSE3)

Bradesco (BBDC4)

Ânima (ANIM3)

Direcional (DIRR3)

Eletromidia (ELMD3)

Eletrobras (ELET3)

Cyrela (CYRE3)

Gerdau (GGBR4)

Kinea Índice de Preços (KNIP11)

Embraer (EMBR3)

JBS (JBSS3)

Rede D'Or (RDOR3)

Prio (PRIO3)

Klabin (KLBN11)

Guararapes (GUAR3)

Weg (WEGE3)

Vivara (VIVA3)

PagBank

O PagBank fez apenas uma troca em sua carteira recomendada de ações para outubro. A casa retirou os papéis da Embraer (EMBR3) e incluiu os ativos da Tim (TIMS3).

Ações

Banco do Brasil (BBAS3)

Cemig (CMIG4)

Tim (TIMS3)

Marcopolo (POMO4)

Petrobras (PETR4)

RB Investimentos

Para outubro, a RB realizou três mudanças em sua carteira de ações. Saíram BTG Pactual (BPAC11), Track Field (TFCO4) e Priner (PRNR3), enquanto BB Seguridade (BBSE3), JBS (JBSS3) e Camil (CAML3) entraram.

Ações

Embraer (EMBR3)

Itaú (ITUB4)

Vale (VALE3)

RD Saúde (RADL3)

SYN Prop (SYNE3)

Smart Fit (SMFT3)

Plano&Plano (PLPL3)

Allos (ALOS3)

BB Seguridade (BBSE3)

PetroRio (PRIO3)

Localiza (RENT3)

Iguatemi (IGTI11)

JBS (JBSS3)

Klabin (KLBN11)

Moura Dubeux (MDNE3)

Camil (CAML3)

Equatorial (EQTL3)

Petrobras (PETR4)

Direcional (DIRR3)

Terra Investimentos

A Terra fez uma única mudança em sua carteira recomenda de ações para outubro. Retirou os papéis da Engie (EGIE3) e incluiu os ativos da RD Saúde (RADL3), antiga RaiaDrogasil.

Ações

Vale (VALE3)

Localiza (RENT3)

Petrobras (PETR4)

Carrefour (CRFB3)

Gerdau (GGBR4)

Arezzo (ARZZ3)

Cyrela (CYRE3)

Cosan (CSAN3)

Suzano (SUZB3)

RD Saúde (RADL3)

Outubro é conhecido como o mês das crianças, mas quem também vai ganhar presente são os investidores das empresas listadas na B3. Pelo menos 22 companhias pagam proventos aos acionistas, segundo levantamento feito pela Quantum Finance para o InfoMoney.

Os bancos, conhecidos por serem bons pagadores de dividendos, abrem a agenda nesta terça-feira (1º). Há depósitos do Bradesco (BBDC3;BBDC4), Itaú Unibanco (ITUB3;ITSA4), Banestes (BEES3;BBDC4) e Banese (BGIP4;BGIP3).

O maior valor entre as instituições bancárias é do Banese, que paga R\$ 1,14 para ações ordinárias e R\$ 1,26 para papéis preferenciais em forma de juros sobre capital próprio (JCP). Fazem jus ao recebimento investidores nos registros da companhia até 2 de setembro, que foi a data com (data limite para ter direito ao provento).

Além dos bancos, um dos destaques do mês é o bolo que será distribuído pela JBS no dia 7. A empresa setor de alimentos irá pagar R\$ 4,436 bilhões em dividendos intermediários, equivalente a R\$ 2 por ação. A data base é o dia 19 de agosto.

Segundo a JBS, esses dividendos intermediários serão imputados aos proventos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024.

Os dividendos, vale lembrar, são isentos de imposto de renda (IR), enquanto o JCP está sujeito à alíquota de 15% do imposto de renda (IR).

Também no dia 7, outra empresa que deposita proventos em outubro é a B3. A bolsa brasileira vai distribuir R\$ 516 milhões aos acionistas, equivalentes a R\$ 0,060 por ação em forma de JCP e R\$ 0,035 em formato de dividendo. A data com é o dia 24 de setembro.

Tim (TIMS3), Alupar (ALUP3;ALUP4;ALUP11), Panatlantica (PATI3;PATI4) e várias outras companhias também distribuem valores aos investidores neste mês. Confira o calendário completo com as companhias que pagarão os recursos, valores, data com e dia do depósito.

1º de outubro

JCP

EmpresaData ComValor

Bradesco (BBDC3)02/09/2024R\$ 0,0172498260

Bradesco (BBDC4)02/09/2024R\$ 0,0189748090

Banestes (BEES3)02/09/2024R\$ 0,0227910950

Banestes (BEES4)02/09/2024R\$ 0,0227910950

Banese (BGIP3)19/08/2024R\$ 1,1460933110

Banese (BGIP4)19/08/2024R\$ 1,2607026420

Itaúsa (ITSA3)30/08/2024R\$ 0,0235295000

Itaúsa (ITSA4)30/08/2024R\$ 0,0235295000

Itaú Unibanco (ITUB3)30/08/2024R\$ 0,0176500000

Itaú Unibanco (ITUB4)30/08/2024R\$ 0,0176500000

Fonte: Quantum Finance

Dividendo

EmpresaData ComValor

Vulcabras (VULC3)19/09/2024R\$ 0,1250000000

Fonte: Quantum Finance2 de outubro

JCP

EmpresaData ComValor

Fleury (FLRY3)14/08/2024R\$ 0,3373840208

Fonte: Quantum Finance

Dividendo

EmpresaData ComValor

Miltre Reality (MTRE3)23/09/2024R\$ 0,0378161835

Fonte: Quantum Finance4 de outubro

JCP

EmpresaData ComValor

Rede D'Or São Luiz (RDOR3)26/09/2024R\$ 0,15610475797

Fonte: Quantum Finance7 de outubro

JCP

EmpresaData ComValor

B3 (B3SA3)24/09/2024R\$ 0,0604370600

Fonte: Quantum Finance

Dividendo

EmpresaData ComValor

B3 (B3SA3)24/09/2024R\$ 0,0352240600

JBS (JBSS3)19/08/2024R\$ 2,0000000000

Alfa Holding (RPAD5)19/08/2024R\$ 0,0804800000

Fonte: Quantum Finance8 de outubro

Dividendo

EmpresaData ComValor

Alupar (ALUP11)16/08/2024R\$ 0,1800000000

Alupar (ALUP3)16/08/2024R\$ 0,0600000000

Alupar (ALUP4)16/08/2024R\$ 0,0600000000

Fonte: Quantum Finance

JCP

EmpresaData ComValor

Lojas Renner (LREN3)24/09/2024R\$ 0,1687600000

Fonte: Quantum Finance9 de outubro

JCP

EmpresaData ComValor

CSU Digital (CSUD3)27/09/2024R\$ 0,1719925240

Fonte: Quantum Finance20 de outubro

Dividendo

EmpresaData ComValor

Panatlantica (PATI3)05/09/2024R\$ 5,0141296083

Panatlantica (PATI4)05/09/2024R\$ 5,0141296083

Fonte: Quantum Finance22 de outubro

Dividendo

EmpresaData ComValor

Tim (TIMS3)09/04/2024R\$ 0,18055993

Fonte: Quantum Finance23 de outubro

JCP

EmpresaData ComValor

Tim (TIMS3)23/09/2024R\$ 0,1239459100

Fonte: Quantum Finance30 de outubro

Dividendo

EmpresaData ComValor

Iguatemi (IGTI11)18/04/2024R\$ 0,1683097568

Iguatemi (IGTI3)18/04/2024R\$ 0,0240442510

Iguatemi (IGTI4)18/04/2024R\$ 0,0721327529

Fonte: Quantum Finance31 de outubro

JCP

EmpresaData ComValor

Aço Altona (EALT3)26/04/2024R\$ 0,1377580730

Aço Altona (EALT4)26/04/2024R\$ 0,1515338800

Fonte: Quantum Finance

Dividendo

EmpresaData ComValor

Aço Altona (EALT3)26/04/2024R\$ 0,0161233780

Aço Altona (EALT4)26/04/2024R\$ 0,0177357170

Kallas Incorporações (KLAS3)27/08/2024R\$ 149,3519873601

Kallas Incorporações (KLAS3)27/08/2024R\$ 182,5015251250

Multiplan (MULT3)01/11/2023R\$ 0,2249540999

Tupy (TUPY3)29/05/2024R\$ 0,1534652354

Fonte: Quantum Finance

The post Agenda de dividendos de outubro: Itaú, Bradesco, JBS e B3 pagam neste mês appeared first on InfoMoney.

desde o fim do ano passado o governo federal busca o interessado em assumir a Amazonas Energia que vinha dando prejuízos comprometendo o serviço à população a ambas empresas do grupo J e F apareceu como a melhor alternativa depois de comprar as usinas térmicas da Eletrobras que fornecem energia para o estado do Amazonas dias depois o governo federal editou uma medida provisória flexibilizando regras no setor elétrico e que abriu caminho para a Ambar ir adiante o negócio só pode ser fechado com a aprovação da Aneel um relatório da área técnica da agência considerou a proposta da Ambar insatisfatória especialmente por onerar o consumidor na sexta-feira passada a reunião da Aneel para decidir sobre a transferência terminou num empate dois a dois a agência está com um diretor a menos sem maioria a Aneel não cumpriu a decisão liminar da justiça federal do Amazonas que deu a agência quarenta e oito horas para aprovar o plano de transferência da distribuidora Amazonas Energia para ambas mas hoje o diretor geral da Aneel muito grassando oval feitosa mudou o voto dele diz que formou maioria para aprovar a transferência desde que a Ambar cumprisse algumas exigências o pagamento até o fim do ano de dívidas atrasadas de dez bilhões de reais da Amazonas Energia

além disso a Aneel estabeleceu que o consumidor não poderia arcar com mais que oito bilhões de reais do custo de operação do negócio que envolve perdas com furtos de energia os chamados gatos problemas operacionais e receitas irrecuperáveis da Amazonas Energia inicialmente a ambas propôs que o consumidor arcasse com quinze bilhões e oitocentos milhões de reais a Amazonas Energia atende a mais de um milhão de unidades em sessenta e dois municípios do estado a medida provisória que levou a ambas a negociar a compra da Amazonas Energia vale até o dia dez de outubro depois disso a empresa não poderá mais assinar um contrato com os benefícios previstos pelo governo agora à noite a ampla divulgou uma nota afirmando que não tem interesse em assumir a Amazonas Energia nas condições aprovadas pela Aneel segundo a Ambar a proposta da agência não torna viável a recuperação da Amazonas Energia ambas disse que vai pedir que a agência reconsidere a decisão o processo de transferência da Amazonas Energia também corre na justiça

E&N Energia elétrica __ B15

Aneel aprova venda de distribuidora à Âmbar, mas com custo maior à J&F

Agência exige que empresa pague dívida de R\$ 10 bi e limite repasse a clientes a R\$ 8 bi.

Energia Amazônia Energia

Aneel aprova venda de distribuidora à Ambar, mas com custo maior à J&F

Agência exige que empresa pague dívida de R\$ 10 bi até o fim do ano e limita custo para clientes a R\$ 8 bi; Ambar diz que vai analisar

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a venda da Amazonas Energia, distribuidora de energia do Amazonas, para a Ambar, empresa do Grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. O plano aprovado, porém, está condicionado a compromissos com os quais a companhia não concordou até o momento, e poderá não ser concretizado.

A Aneel limitou o custo da operação para os consumidores a R\$ 8 bilhões e exigiu que o grupo dos irmãos Batista pague R\$ 10 bilhões de dívidas

atrasadas da distribuidora até o fim do ano. Além disso, tanto a empresa quanto a Amazonas Energia deverão renunciar ao direito de questionar o processo na Justiça. A empresa tem 24 horas para dizer se concorda ou não com esses termos.

A proposta original da Ambar teria um custo de R\$ 16 bilhões para os consumidores de todo o País em 15 anos. Posteriormente, a empresa chegou a apresentar uma nova pro-

Prazo
A empresa precisa decidir até hoje se concorda ou não com os termos propostos pela Aneel

posta, com custo de R\$ 14 bilhões e pagamento da dívida de R\$ 6,5 bilhões até 2025.

Após a decisão de ontem da Aneel, a Ambar Energia afirmou em nota que analisará a decisão da diretoria da agência

e “seguirá mantendo o diálogo com a agência, em busca de uma solução definitiva para a situação dos consumidores de energia do Amazonas”.

Na semana passada, a Justiça Federal do Amazonas obrigou a Aneel a transferir o controle da Amazonas Energia para o Grupo J&F. A agência, porém, se dividiu e a decisão terminou em empate entre os quatro diretores.

Ontem, o diretor-geral do órgão regulador, Sandoval Feitosa, apresentou um novo voto, concordando com o plano de R\$ 8 bilhões, conforme orientação da área técnica da Aneel, e seguindo o voto dos diretores Ricaro Tili, relator do processo, e Fernando Mosna nesse ponto.

Feitosa, no entanto, tentou deixar aberta a possibilidade de a Ambar assumir a Amazonas Energia conforme o plano original da empresa, o que foi rejeitado. O diretor-geral se reuniu com o presidente da

companhia, Marcelo Zanatta, na segunda-feira. Na ocasião, a empresa reforçou a posição de que não concorda com os termos exigidos pela equipe técnica da agência.

Os consultores da Aneel exigiram compromissos maiores da empresa para resolver os problemas da companhia amazonense, como os furtos de energia e os custos para man-

Negociação

R\$ 8 bi é o custo proposto pela agência reguladora a ser distribuído às contas de luz dos consumidores de todo o País

R\$ 16 bi era a proposta original apresentada pela empresa dos irmãos Batista; valor seria pago pelos consumidores em 15 anos

ter a operação em pé.

Até o momento, em manifestações na Aneel e em reuniões com autoridades, a Ambar deixou claro que não aceitaria os termos nessas condições.

MEDIDA PROVISÓRIA. A empresa dos irmãos Batista tenta assumir a Amazonas Energia após ter sido beneficiada por uma medida provisória do governo federal, conforme o **Estado** revelou. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defende a transferência e pressionou a Aneel a aceitar a proposta. Antes da medida provisória, o ministério recebeu executivos do grupo 17 vezes. O chefe da pasta classificou essas reuniões como uma “mera coincidência”.

A medida provisória tem validade até 10 de outubro. Depois dessa data, a empresa não poderá mais assinar um contrato com os benefícios dados pelo governo.

Antes da decisão judicial, a Aneel se preparava para uma intervenção na Amazonas Energia, cenário que continua no radar da agência. O Ministério de Minas e Energia não comentou a decisão da Aneel. No sábado passado, a pasta criticou a agência publicamente por não ter cumprido a determinação da Justiça. ●

O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) quer que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) reconsidere a decisão de acionar a bandeira vermelha patamar 2 na conta de luz para o mês de outubro, em mais um foco de embate entre o comando da pasta e o órgão regulador.

O argumento do MME é que a chamada Conta Bandeira, que reúne os recursos recolhidos pelas distribuidoras de energia, acumula um saldo de R\$ 5,22 bilhões, dinheiro que poderia ser usado para amortecer o impacto do maior risco hidrológico decorrente da seca nos reservatórios e do acionamento de térmicas, que geram energia mais cara.

Hoje, eventual saldo positivo nessa conta é usado para amenizar o reajuste anual das tarifas de energia sobre o bolso dos consumidores. O desejo do governo é destravar logo o recurso para evitar que a conta de luz mais cara tenha impacto na inflação e até mesmo na própria popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"A Aneel, mais uma vez, demonstra a sua falta de alinhamento e sensibilidade com a tarifa de energia do Brasil", critica Silveira ao Painel S.A.

O ministro afirma ter endereçado um ofício à Aneel dizendo que a agência deve se debruçar sobre a possibilidade de utilizar o recurso para recuar da decisão sobre a bandeira. "Se ela utilizasse os recursos, não só o índice hidrológico na metodologia, poderia perfeitamente não ter aumentado agora a conta de energia do povo brasileiro", diz.

O acionamento da bandeira vermelha patamar 2 entra em vigor nesta terça-feira (1º) e adiciona na conta de luz R\$ 7,877 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos pelos brasileiros. É a primeira vez desde 2021 que a cobrança adicional chega neste nível.

O atrito ocorre no mesmo momento em que MME e Aneel se desentendem sobre outro tema caro ao ministério: a transferência do controle societário da distribuidora Amazonas Energia para a Âmbar, do grupo J&F, dos irmãos Wesley e Joesley Batista.

A Justiça Federal determinou, em caráter liminar, que a agência aprovasse a operação. Na última sexta-feira (27), porém, a reunião dos diretores da Aneel terminou em empate —o que, na prática, levou ao descumprimento da decisão judicial.

"Me espantou muito a coragem de parte da Aneel de empatar uma decisão que discutia o cumprimento de uma liminar. Decisão judicial se cumpre e se recorre no caso de discordância. Agora, empatar para deixar de cumpri-la é realmente um ato inusitado e que é muito sintonizado com o que eu venho falando constantemente do modo rebelde da Aneel se comportar com relação às políticas públicas do país", diz Silveira.

Com uma dívida líquida de mais de R\$ 11 bilhões, da qual a Eletrobras é a principal credora, a Amazonas Energia é controlada hoje pelo grupo Oliveira Energia, que há quase dois anos tenta se desfazer da concessão.

A J&F pleiteia assumir a distribuidora conforme as regras da MP (medida provisória) 1.232, que permite transferir para a conta de luz dos brasileiros o custo da geração de energia nas usinas termelétricas locais —que também foram adquiridas pela Âmbar. O primeiro plano apresentado pela Âmbar foi descartado pela área técnica da Aneel por ser considerado caro e ineficiente.

Brasil tem quase 200 sites de apostas online autorizados

O governo Lula (PT) divulgou a relação das bets autorizadas a funcionar no país até dezembro. A princípio, são 193 sites, de 88 empresas. As que não estão na lista deixarão de operar; apostadores devem sacar recursos até o dia 10. **Mercado A19**

Governo federal divulga quais casas de apostas esportivas estão autorizadas a operar

Plataformas irregulares devem sair do ar no dia 11 de outubro; usuário tem até a véspera para sacar seu dinheiro desses sites

BRASÍLIA O Ministério da Fazenda divulgou na noite nesta terça-feira (1º) a lista com todas as empresas de apostas online, as bets, autorizadas a operar no Brasil até dezembro. São 193 sites ligados a 88 empresas.

Na lista contam o nome das empresas e os sites correspondentes. As bets deixadas de fora da relação divulgada pela Fazenda não podem mais fornecer jogos de apostas no Brasil até que consigam a autorização final do governo — com exceção das que têm concessões estaduais.

A Fazenda recomenda que os usuários recolham o dinheiro depositado nos sites de apostas que deixarão de funcionar. O prazo para a retirada dos recursos é o dia 10 de outubro.

No dia seguinte, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) começa a derrubar os sites irregulares.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estima que de 500 a 600 sites de apostas devem ser derrubados pela Anatel. Dois empresários do setor afirmaram à Folha, sob reserva, esperar o bloqueio de mais de 2 mil bets.

“Do mesmo jeito que o X saiu do ar, essas empresas devem sair também, por falta de adequação a legislação aprovada pelo Congresso Nacional”, disse Haddad, durante entrevista ao Jornal da CBN na segunda-feira (30). “Se você tem dinheiro em casa de aposta, peça a restituição já”.

Haddad também afirmou que o governo prepara o bloqueio a formas de pagamento como cartão de crédito e estuda vetar o uso do cartão do Bolsa Família nos sites.

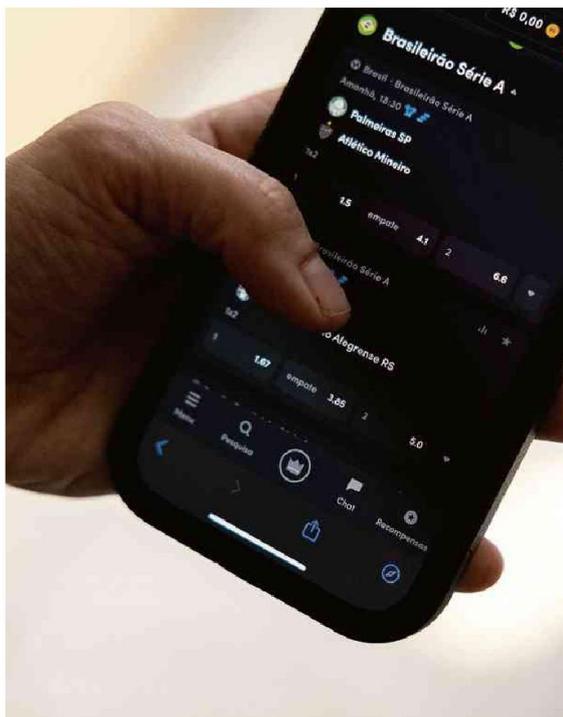
A lista de bets que podem continuar a operar foi publicada no site do Ministério da Fazenda. Ela é composta por empresas que solicitaram autorização do governo federal até 17 de setembro.

Haddad afirmou nesta terça que é urgente tomar também providências para restringir a publicidade de casas de apostas esportivas na televisão e em outros meios de comunicação.

A questão foi discutida nesta terça por ele em reunião com representantes do Conar (Conselho de Autorregulamentação Publicitária) e da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e da AIR (Associação Internacional de Radiodifusão).

“A gente entende que é urgente uma tomada de providências para evitar esse assédio televisivo, de meio de comunicação”, afirmou.

O presidente da Abert, Flávio de Lara Resende, disse que foi acordado na reunião que somente serão veiculadas publicidades



Pessoa segura celular com app de apostas Danilo Verpa - 27.set.24/Folhapress

Justiça concede liminar que libera bets credenciadas no Rio a atuar em todo o país

A Justiça Federal no DF decidiu, em caráter liminar (temporário), nesta terça (1º), que as casas de apostas esportivas online, as bets, credenciadas no Rio podem continuar a operar em todo o país.

Segundo portaria da Fazenda, o governo passou a considerar ilegais, a partir desta terça, bets não cadastradas no governo federal para atuar de forma regulamentada. Pela decisão juiz Antonio Claudio Macedo da Silva, da 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do DF, isso não se aplicará às empresas credenciadas no Rio, que poderão seguir operando em todo o país.

A liminar atende ação da Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro), autarquia ligada ao governo estadual do Rio que tem credenciado casas de apostas.

de bets presentes na lista de autorizadas pela Fazenda.

Já o presidente do Conar, Sérgio Pompilio, disse que os princípios de autorregulação do conselho já são válidos para as propagandas de empresas de apostas, mas acrescentou que vê o processo de regulamentação das bets como fundamental.

“Esse passo que o governo tomou de autorização das empresas e de separar realmente o joio do trigo é fundamental. A gente está falando de separar uma prática legal de uma prática ilegal.”

As bets são liberadas no Brasil desde o fim de 2018, mas não houve regulamentação durante o governo Jair Bolsonaro (PL). No ano passado, o governo Lula (PT) iniciou esse processo.

Uma lei foi aprovada no Congresso Nacional, e houve a edição de uma série de atos pelo Ministério da Fazenda. O início de funcionamento oficial do mercado legal, com o pagamento de impostos, por exemplo, começa em janeiro 2025. Até lá, é considerado um período de transição.

Haddad disse ainda que Lula tende a vetar o uso do cartão do Bolsa Família para apostas online, mas que ele ainda ouvirá os ministros sobre o tema.

F
VEJA A LISTA COM AS CASAS
AUTORIZADAS A OPERAR EM
folha.com/xyf34j9

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) “está inclinado a não permitir” que beneficiários do Bolsa Família usem os recursos do programa para realizar apostas virtuais, afirmou nesta terça-feira (1º) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“Mas el

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/10/01/lula-esta-inclinado-a-proibir-uso-de-bolsa-familia-em-bets-mas-quer-ouvir-ministros-diz-haddad.ghtml>



Zanone Fraissat - 23.set.21/Folhapress

É injusto punir beneficiário do Bolsa Família que joga em bet

Professora do Insper Laura Müller Machado defende que, em vez de proibir uso do cartão do benefício em apostas, o governo federal deveria regular publicidade das empresas e informar sobre malefícios

Fernando Canzian

SÃO PAULO A pesquisadora Laura Müller Machado, professora do Insper e ex-secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, considera injusto retirar o direito dos participantes do Bolsa Família de usar como quiserem o cartão do benefício, como milhões têm feito nas apostas em bets.

Para Machado, esse é um problema de saúde pública, e o governo deveria se preocupar em regular a publicidade e informar a população sobre os malefícios da atividade, não em punir quem joga nos sites.

Ela afirma ainda que se trata de uma vitória o Bolsa Família ter alcançado o atual patamar em beneficiários e valores. Mas que o governo falha gravemente ao não oferecer mais nada no programa, como mecanismos de inclusão produtiva.

“Damos o Bolsa Família. Ótimo. E daí? Qual é o serviço que vai incluir essas pessoas, que vai conectá-las ao mercado de trabalho?”, questiona. Machado diz ainda que o piso de R\$ 600 pago de forma indiscriminada “não faz sentido nenhum”.

*

O valor do Bolsa Família quadruplicou durante a disputa eleitoral entre Lula e Jair Bolsonaro e hoje paga cerca de

R\$ 600, em média. O orçamento saltou de R\$ 41 bilhões em 2019 para R\$ 169 bilhões em 2024. Como avalia o resultado da forte expansão? Gostaria que meu país pudesse ser o mais generoso possível com os vulneráveis, com responsabilidade fiscal. Pessoalmente, fico muito feliz e acho uma vitória que tenhamos aumentado o valor do Bolsa Família. Mas, assim como o valor melhorou, gostaria que o desenho do programa fosse o melhor possível também.

Porque entendo que existem restrições legais e fiscais, de limite orçamentário. Mas não há restrição para termos um desenho adequado. Já há consenso há muito tempo de que um programa adequado é o que leva em conta o per capita. Caso contrário, você cria incentivos perversos de diversas naturezas.

No passado, a gente tinha programa per capita, com um desenho amigável para transição para o mercado de trabalho. Hoje, não temos mais. Agora, temos um piso, que não faz sentido nenhum. Pois um casal recebe R\$ 600. E um único indivíduo também recebe R\$ 600, o que é injusto. Não faz sentido que um casal em condição de vulnerabilidade receba um valor per capita menor que uma pessoa sozinha.

Além de isso ser injusto, há um incentivo às pessoas fazerem declarações incorretas. Uma única

família acaba declarando serem duas, porque isso é financeiramente benéfico. Esse desenho inadequado do programa também acaba gerando ineficiência.

Mas, tão importante quanto isso, é a transição para o mercado de trabalho. Desde os anos 2000, o percentual de ocupados entre os mais vulneráveis cai ano após ano. Eu gostaria que esses vulneráveis arrumassem trabalho. Queria dar um prêmio a eles, não tirá-los do Bolsa Família, porque é muito difícil as pessoas conseguirem uma ocupação digna.

Em muitos casos, os vulneráveis não acessam o mercado formal, ficando à mercê de ocupações informais precárias, que podem pagar menos que o Bolsa Família. Há um desincentivo a buscarem trabalho? Existe uma coisa chamada salário reserva. Que todos os seres humanos têm. É o valor mínimo pelo qual você aceita começar a trabalhar. Um fenômeno que um programa como esse gera é aumentar o salário reserva. E isso é bom. Porque, por exemplo, você previne trabalho escravo. Ninguém vai precisar mais trabalhar por menos de R\$ 600.

Mas, se estamos induzindo a população a ter um salário reserva maior, temos que ter um mercado de trabalho que ofereça para ela, no mínimo, um valor um pouco maior do que o Bolsa Família.



Como é que pode fazer propaganda desse jeito de jogos? Um monte de comercial na TV, vídeos no YouTube, Instagram. [...] E vamos punir as pessoas que jogam? Isso aí é vício. A pessoa é enganada, e não tem educação financeira

O que fazemos ao tirar o Bolsa Família de quem consegue trabalho e gerar insegurança. [...] O que a gente faz? Transferimos renda, mas não cuidamos da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho

Laura Müller Machado
Mestre em economia aplicada pela USP, é professora do Insper e foi secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. É colunista da Folha.

mília. O problema está na transição de falarmos para as pessoas que se elas arrumarem um trabalho, eu tiro o Bolsa Família. E elas vão ter de trocar uma coisa segura por outra insegura, o que é inviável.

Aumentar o valor do benefício é um mérito. Agora, não ter lançado a transição desse modelo de política social para o mercado de trabalho foi um erro. O que precisamos, mais do que brigar com o valor do Bolsa Família, é adequar uma política social que transite para o mercado de trabalho de uma maneira suave e inteligente.

Porque fazer um Bolsa Família desse tamanho sem política de trabalho para a população pobre, vai dar besteira mesmo. É uma baita exclusão, porque a gente vive numa sociedade pautada pelo trabalho. Goste-se ou não, para você se inserir socialmente é preciso estar trabalhando.

E o que fazemos ao tirar o Bolsa Família de quem consegue trabalho é gerar insegurança. E não temos uma rede de cuidado com o trabalhador, para qualificá-lo profissionalmente, para dar acesso a microcrédito, intermediação de mão de obra, ensinar ele a embalar o produto dele para valer mais. O que a gente faz? Transferimos renda, mas não cuidamos da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

Na semana passada, uma nota técnica do Banco Central revelou que 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família fizeram apostas em bets em agosto. Como você avalia esse fenômeno? A população como um todo está fazendo isso, e o beneficiário também faz parte da população. Com o recurso que ele tem. Pois, se entendermos isso como um fenômeno de saúde e de vício, ele vai abranger toda a população, igual à Covid. Pega um monte de gente, pega todo mundo.

Temos um histórico enorme de combater jogo do bicho, o cigarro. Se você comprar cigarro vai estar escrito no verso, com uma foto horrível, uma mensagem explicando todas as coisas ruins que vão acontecer com você.

Compra de bebida é a mesma coisa. É regulado. Esses consumos danosos têm de estar regulados. Como é que pode fazer propaganda desse jeito de jogos? Um monte de comercial na TV, vídeos no YouTube, Instagram, explicando para as pessoas que aquilo é um jeito fácil de ganhar a vida. E vamos punir as pessoas que jogam? Isso aí é vício. A pessoa é enganada, e não tem educação financeira.

O governo estuda medidas para interditar o uso do cartão do Bolsa Família em apostas eletrônicas. Como avalia a medida? Essa coisa de tolher e dizer o que a pessoa tem que fazer... Eu acho injusto. A pessoa tem um dinheiro ali no final do mês e ela quer se divertir, comprar uma cerveja, sei lá. As pessoas têm esse direito, de se divertir à sua maneira. Mas o que elas têm também direito é de estar informadas sobre as consequências das coisas que elas fazem e realmente bem informadas sobre o que se trata essas apostas.

Governo discute regras para publicidade de bets

No primeiro dia de vigência da regra que prevê o bloqueio de plataformas de apostas esportivas não cadastradas junto ao governo federal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com represent

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Liminar autoriza bets regionais a não seguir regulamentação nacional. Governo vai recorrer

Decisão provisória permite que seis empresas registradas na Loterj, do Rio, operem em todo o país sem se submeter às regras da Fazenda. “Não faz sentido um estado ter loteria nacional”, reagiu Haddad. **PÁGINA 20**

Justiça do DF libera 'bets' credenciadas no Rio a atuarem em todo o país

Loterj entrou com ação para impedir bloqueio. Ministro diz que governo vai recorrer: 'Não faz sentido estado ter loteria nacional'

MARIANA MUNIZ, THAÍS BARCELLOS E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Justiça Federal do Distrito Federal concedeu uma liminar (decisão provisória) atendendo a um pedido da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) para que casas de apostas on-line já credenciadas por ela e operando desde abril de 2023 possam continuar suas atividades, mesmo sem cadastro no Ministério de Fazenda.

A decisão é da 8ª Vara da Cível da Justiça Federal do Distrito Federal e suspende os efeitos de três portarias do ministério que estabeleciam a necessidade de credenciamento das *bets* junto ao governo.

O juiz plantonista Antônio Cláudio Macedo da Silva, responsável pela liminar, destacou que as portarias do ministério ultrapassaram a competência regulamentar da União, invadindo uma área de atribuição dos estados.

"As portarias, à toda evidência, invadindo a competência regulamentar dos estados, extrapolam a competência federal, conforme estabelecido pela Constituição e decisões do STF (Supremo Tribunal Federal)", afirmou o magistrado.

A Loterj acionou a Justiça sob o argumento que as portarias da Fazenda trazem previsões incompatíveis com o edital de credenciamento aberto por ela e que licenciou empresas a explo-

rarem apostas de cota fixa em ambiente on-line.

Segundo o magistrado, "as restrições impostas para publicidade, especialmente em eventos de âmbito nacional, são ilógicas e desproporcionais, já que as pessoas domiciliadas no Rio de Janeiro poderiam estar em trânsito pelo país. Portanto, as portarias violam diretamente os direitos da Loterj e de seus operadores, inviabilizando uma atividade previamente autorizada e constitucional".

FAZENDA: SEM PREOCUPAÇÃO

A decisão da Justiça impede, na prática, que sites credenciados na Loterj e que não tenham pedido autorização ao governo federal sejam bloqueados.

A discussão entre a Loterj e o governo federal não é de hoje. A estatal do Rio entende que tem direito de credenciar empresas mesmo para operações fora do estado, citando decisões do STF.

O Ministério da Fazenda argumenta que a legislação permite que governos estaduais façam autorizações e regras apenas para seus territórios — não podendo criar regras nacionais.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que acredita que o governo vai conseguir cassar a liminar:

— Não faz sentido um estado ter loteria nacional. Nossa posição é defender junto aos tribunais que cada estado tenha sua loteria em

seu território.

O secretário de Prêmios e Apostas da Fazenda, Régis Dudena, afirmou que a decisão da Justiça sobre a Loterj não preocupa:

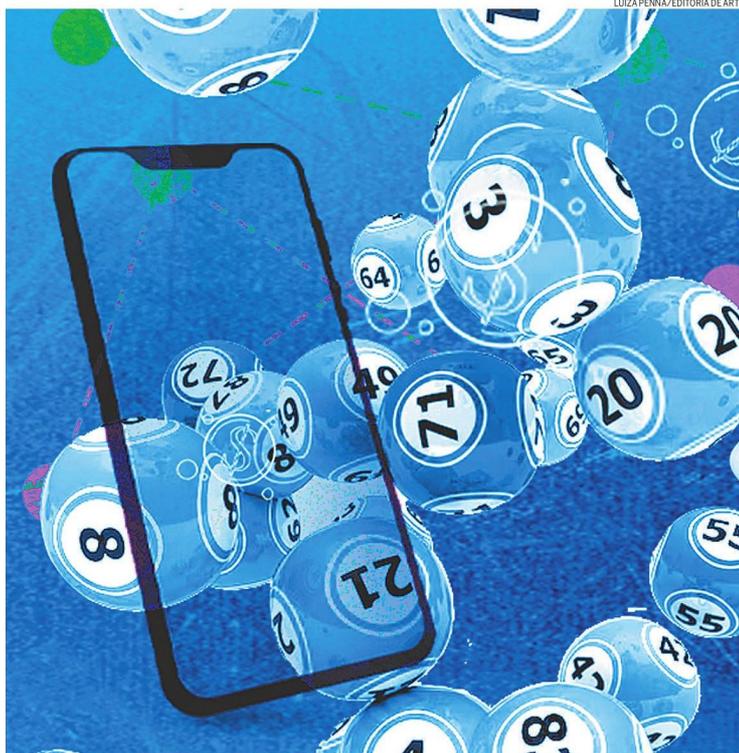
— Na verdade, a decisão judicial precisa ser avaliada, a AGU (Advocacia-Geral da União) já está olhando e vai dar a resposta judicial adequada. Não temos nenhuma preocupação maior sobre o tema. É um caso bastante circunscrito que não nos causa maiores preocupações.

Em caso de novas limitações, Dudena reforçou que a AGU está preparada para eventualmente atuar, se houver necessidade:

— Estamos bastante seguros do que a Constituição brasileira faz, do que a legislação brasileira faz e do que a nossa regulamentação fez.

Enquanto a questão das *bets* do Rio está na Justiça, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) se prepara para iniciar o bloqueio das plataformas de jogos on-line consideradas ilegais pelo Ministério da Fazenda a partir do dia 11 de outubro. Até agora, nenhuma plataforma foi suspensa, porque a pasta comandada por Fernando Haddad ainda não informou quais sites têm de ser banidos.

Com a lista dos sites irregulares, a Anatel vai pedir aos mais de 20 mil provedores de internet do país para interromper o acesso às plataformas. As empresas de



Bloqueio difícil. Anatel terá que pedir a mais de 20 mil provedores para tirar do ar as plataformas irregulares

telecomunicação são de todos os portes, desde as grandes provedoras de telefonia móvel até as de pequeno porte. Não há uma coordenação central para bloquear um site: é preciso que isso seja feito pelas operadoras.

BRINCADEIRA DE GATO E RATO

A experiência de bloqueio da rede social X é um exemplo da dificuldade do processo. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou o bloqueio de acesso à plataforma há cerca de um mês.

Mas, em meados de setembro, a empresa comandada pelo bilionário Elon Musk passou a usar a infraestrutura de terceiros para atender a usuários que tentassem acessar seu site e aplicativo no Brasil. Foi preciso a Anatel descobrir o novo endereço de IP da rede social para garantir o bloqueio novamente.

A Anatel já se prepara para ter que lidar com o mesmo tipo de situação com as *bets*, que podem criar novos sites para burlar a regulação. Um técnico do setor define esse processo como uma "brincadeira de gato e rato", na qual as autoridades precisam fechar repetidamente novas brechas para sites ilegais.

Além disso, a própria lista de sites irregulares é complexa de ser feita porque não existe um "cadastro nacional" de jogos on-line, a partir do qual seria possível segregar os legais e os irregulares. A partir da "lista positiva" dos sites regulares, a Fazenda tenta descobrir, na internet, quais outras plataformas estão operando.

Na segunda-feira, Haddad afirmou que até 600 sites serão banidos do Brasil por não terem solicitado autorização para operar no país. Essa lista, porém, ainda

não está fechada.

Sobre publicidade, Flávio Lara Resende, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), após reunião com Haddad ontem, disse que foi firmado o compromisso de só haver propagandas de *bets* regulares:

— Fizemos acordo com a Fazenda para só darmos publicidade de empresas regulares. Nós encaminharemos (a lista) para todos os associados. Já seguimos a autorregulação sugerida pelo Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária). Não temos tido problema com essa publicidade nas empresas de radiodifusão.

GOVERNO
DIVULGA 'BETS'
AUTORIZADAS
A FUNCIONAR
NO PAÍS.
VEJA A LISTA



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou, nesta terça-feira (1º/10), que o governo federal trabalha com a possibilidade de limitar o valor do Pix no momento de apostar em bets. Ele disse que “tudo está sendo discutido para limitar as formas de pagamento para proteger as famílias” brasileiras.

O ministro deve conversar pessoalmente com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, para “tomar uma decisão” sobre as formas de pagamento nos sites.

Ainda nesta terça, Haddad se reúne com representantes do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) para discutir questões sobre a publicidade das casas de apostas no Brasil.

O titular da Fazenda reiterou que o apostador terá 10 dias para resgatar o dinheiro depositado em bets ilegais.

“Esses dez dias são mais para o apostador do que para casa de aposta. Porque tem muita gente que tem recurso financeiro depositado na casa de aposta. Então, os dez dias são para a pessoa verificar se tem saldo e pedir a restituição”, disse o ministro.

De acordo com Haddad, o governo federal poderia retirar as plataformas ilegais do ar “imediatamente”, mas não fez isso para “proteger a poupança do eventual apostador”.

Lista das bets ilegais

A expectativa é de que até o fim desta terça a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda divulgue a lista com o nome das empresas que serão banidas do país nos próximos dias.

Em entrevista à Rádio CBN, Haddad disse que entre 500 e 600 sites de bets não regularizadas serão retirados do ar nos próximos dias pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Depois desta terça, as plataformas não poderão operar no país. Em 1º de janeiro de 2025, apenas empresas autorizadas terão permissão para atuar no mercado das bets.

Ou seja, só poderão continuar funcionando as casas de apostas que:

Estão atuando; e

Solicitaram autorização para atuar sob o selo de “bet.br” até 30 de setembro.

Serão classificadas como “ilegais” as empresas que:

Não pediram autorização no Sigap.

Enquanto as empresas que solicitaram autorização, mas ainda não estavam atuando no país, é necessário aguardar até janeiro para iniciar a explorar o mercado, caso consigam aval do MF.

Reunião com Lula para tratar do Bolsa Família

Haddad tem reunião marcada nesta quinta-feira (3/10) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

para tratar dos beneficiários do Bolsa Família que estão apostando em bets.

“Nós vamos ouvir. O presidente [Lula] está inclinado a não permitir, mas vai ouvir os ministros”, declarou ele ao ser questionado sobre o uso do cartão do programa em sites de apostas.

“É uma decisão que não vai ser exclusiva da Fazenda. [Ela] vai envolver os outros ministros também porque é importante que eles se manifestem sobre isso”, disse.

Segundo Haddad, também devem participar da conversa os ministros Wellington Dias (Desenvolvimento Social), André Fufuca (Esportes) e Nísia Trindade (Saúde).

Na reta final, a tensão na cúpula da Americanas

Nos meses anteriores à descoberta do rombo bilionário na Americanas, a tensão sobre o comando da companhia aumentou, com a equipe buscando formas de esconder a fraude. E-mails e mensagens dos ex-diret

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

1 de 1 Lei da UE proíbe importação de produtos agrícolas de propriedades com área desmatadas depois de 2020

Lei da UE proíbe importação de produtos agrícolas de propriedades com área desmatadas depois de 2020 Canva/ Creative Commons

A proximidade da entrada em vigor da lei antidesmatamento da União Europeia (EUDR, na sigla em inglês) e as incertezas sobre a efetivação e data da mudança têm provocado uma antecipação da comercialização de commodities agropecuárias, como café e carne bovina. O movimento pode provocar um gargalo na logística portuária no fim do ano.

Mais Sobre Lei antidesmatamento

A lei antidesmatamento da UE e sua viabilização pela tecnologia espacial

Lei antidesmate da UE faz exportadores e importadores acelerarem negociações

A lei exige que, a partir de 30 de dezembro, os importadores europeus comprovem às autoridades locais que as cargas de soja, café, carne bovina, cacau, borracha e madeira não saíram de áreas desmatadas depois de 2020. Mas os detalhes de como será essa comprovação ainda são incertos. A União Europeia mantém a data de entrada em vigor da lei, mas enfrenta oposição de países como o Brasil e a Alemanha, que defendem mais prazo.

Dê o play e ouça o comentário

Justiça de Goiás aceita pedido de recuperação judicial do grupo Agrogalaxy

Insumos

B7 Justiça aceita pedido de recuperação do Agrogalaxy

Reestruturação

A Justiça de Goiás aceitou ontem o pedido de recuperação judicial do Agrogalaxy. A empres

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

LOGO BP BIOENERGY 1.png

Com a conclusão da aquisição, a BP se torna a única proprietária do negócio de cana-de-açúcar e etanol em escala industrial.

“Ao assumir a propriedade total da BP Bioenergy, estamos escalando o nosso negócio de bioenergia para nos ajudar a aproveitar o posicionamento estratégico do Brasil na produção de biocombustíveis”, disse em nota o presidente da BP no Brasil, Andreas Guevara de la Vega, ressaltando que a aquisição está em linha com a estratégia global da companhia.

A nova unidade de negócios torna a BP uma das líderes na produção industrial de etanol e açúcar no País, com a capacidade de produzir por dia cerca de 50 mil barris de etanol equivalente a partir da cana-de-açúcar por meio de 11 usinas em cinco Estados e uma capacidade de moagem de 32 milhões de toneladas, além de 9 mil trabalhadores.

A nova unidade de negócios torna a BP uma das líderes na produção industrial de etanol e açúcar no País Foto Dida Sampaio-Estadão

A companhia disse acreditar que esse negócio também oferecerá o potencial de gerar mais valor e desenvolver novas plataformas para a bioenergia, como o etanol de segunda geração, combustível de aviação sustentável (SAF) e o biogás.

“O Brasil tem grandes oportunidades de transição de seu sistema energético, graças ao seu vasto potencial em energias renováveis, especialmente no setor de bioenergia. Esse potencial reforça o valor da BP Bioenergy para a estratégia da empresa de se tornar uma empresa integrada de energia”, concluiu Guevara de la Veja (Estadão, 2/10/24)

Brasil pode virar a seu favor restrição ambiental da UE

Faltam só três meses para estrear a lei antidesmatamento da União Europeia (UE), que pune com sobretaxas produtos importados pelo bloco provenientes de áreas devastadas. O governo brasileiro p

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Brasil insiste em adiamento de legislação antidesmate

Comércio

O Brasil ainda não recebeu resposta oficial da Comissão Europeia a respeito do pedido para adiar a entrada em vigor da lei antidesmatamento do bloco (EUDR, na sigla em inglês). A soli

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

A Moody's diz que a atualização reflete melhorias materiais no crédito, as quais a agência espera que continue

A agência de classificação de risco Moody's elevou o rating do Brasil de Ba2 para Ba1, mantendo a perspectiva positiva. A Moody's aponta que a atualização reflete melhorias materiais no crédito que a instituição espera que continuem à frente.

Em nota, a Moody's destacou que o país tem tido um crescimento mais robusto do que o previsto anteriormente e um histórico crescente de reformas que têm dado resiliência ao seu perfil de crédito, ainda que a credibilidade do arcabouço fiscal seja "moderada".

"Por sua vez, um crescimento mais robusto e uma política fiscal consistentemente aderente ao arcabouço fiscal permitirão que o ônus da dívida se estabilize no médio prazo, embora em níveis relativamente altos", afirmou a agência.

Segundo a Moody's, na ausência de choques, a aderência ao arcabouço permitirá que a dívida se estabilize em torno de 82% do Produto Interno Bruto (PIB) no médio prazo.

"A despeito de uma carga de dívida relativamente alta, a solidez fiscal do Brasil se beneficia de um grande mercado interno que permite ao governo emitir principalmente em moeda nacional e de ativos líquidos consideráveis no valor de cerca de 15% do PIB", afirmou a agência.

A avaliação da Moody's é que o crescimento da economia do país nos próximos anos permanecerá amplo, com a demanda interna impulsionada por um mercado de trabalho relativamente forte.

A agência de risco havia alterado, em maio, a perspectiva da nota de crédito do Brasil de estável para positiva, apontando que um crescimento robusto, combinado a um progresso gradual em direção à consolidação fiscal, poderia permitir a estabilização da dívida.

Em nota após o anúncio, o Tesouro reforçou que a agência disse esperar uma melhora gradual nos resultados primários do país.

"O Ministério da Fazenda reafirma seu compromisso com a melhoria contínua dos resultados fiscais, empreendendo esforços para aumentar a arrecadação e conter gastos", disse o Tesouro.

"Além de estabilizar a relação dívida/PIB, um balanço fiscal mais robusto contribuirá para a redução das taxas de juros e a melhoria das condições de crédito, criando um ambiente favorável à expansão dos investimentos públicos e privados."

Com a elevação do rating pela Moody's, o Brasil fica a um passo do grau de investimento pela agência. Confira abaixo as notas de crédito:

Ratings de Longo Prazo (vencimentos de um ano ou mais)

Grau de Investimento

Aaa – “gilt edged” – O mais alto grau

Aa1, Aa2, Aa3 – grau alto

A1, A2, A3 – grau médio-alto

Baa1, Baa2, Baa3 – grau médio

Grau Especulativo

Ba1, Ba2, Ba2 – elementos especulativos

B1, B2, B3 – carece de características de um investimento desejável

Caa1, Caa2, Caa3 – papéis de fraca condição

Ca – altamente especulativo

C – o mais baixo rating, perspectivas extremamente fracas de atingir qualquer condição real de investimento

O Ministério da Fazenda comemorou a elevação da nota de crédito do país pela agência de classificação de riscos Moody's. Segundo a pasta, isso reflete o reconhecimento dos avanços nas contas públicas, de um cenário propício ao crescimento e da solidez dos fundamentos da economia brasileira.

"A elevação da nota de crédito pela Moody's reflete o reconhecimento dos avanços nas contas públicas, de um cenário propício ao crescimento e da solidez dos fundamentos da economia brasileira", afirma.

Em nota, a Fazenda destacou que a elevação da nota de crédito do país pela agência de classificação de crédito Moody's deixa o Brasil a um passo do grau de investimento. A mudança foi de Ba2 para Ba1, mantendo a perspectiva do rating positiva. O Brasil agora está a um passo do grau de investimento pela Moody's.

Em nota, a Fazenda reafirmou seu compromisso com a melhoria contínua dos resultados fiscais, empreendendo esforços para aumentar a arrecadação e conter gastos.

"Além de estabilizar a relação dívida/PIB, um balanço fiscal mais robusto contribuirá para a redução das taxas de juros e a melhoria das condições de crédito, criando um ambiente favorável à expansão dos investimentos públicos e privados", disse, em nota.

X diz que atenderá exigências, e Moraes desbloqueia recursos

Ministro do STF determina liberação de ativos financeiros da empresa de Musk, que vai pagar R\$ 28,6 milhões em multas

MARIANA MUNIZ
mariana.muniz@bsb.oglobo.com.br
BRASILIA

A rede social X informou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que irá pagar R\$ 28,6 milhões em multas e atender a todas as exigências feitas pelo ministro Alexandre de Moraes para que a rede social tenha suas atividades retomadas no Brasil. As medidas atendem a uma determinação dada pelo ministro na última sexta-feira.

Diante da informação da empresa ao STF, Moraes determinou ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o imediato desbloqueio das contas bancárias e ativos financeiros da empresa X.

Há duas semanas, Moraes já havia determinado a transferência de R\$ 18,3 milhões do X e da Starlink (outra empresa do mesmo dono da rede social, Elon Musk) para os cofres da União. O valor era referente a multas não pagas pela companhia. Em pedido ao STF, a plataforma informa que irá pagar

todo esse valor, sem necessidade de a Starlink participar da operação.

Há ainda R\$ 10 milhões cobrados na decisão de Moraes referentes à manobra utilizada pela rede social há duas semanas para voltar ao ar driblando bloqueio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O ministro já havia estabelecido que seriam cobrados R\$ 5 milhões por cada dia de duração do "atalho" feito.

A rede social também se comprometeu a pagar multa de R\$ 300 mil aplicada à representante comercial do X no Brasil, Rachel Villa Nova Conceição. Ela chegou a ter ordem de prisão decretada por Moraes em agosto, quando o ministro, após reiterados descumprimentos do X de ordens para bloqueios de perfis, elevou o valor da multa imposta à plataforma. O magistrado decretou a prisão da representante legal da empresa por "desobediência à determinação judicial". Depois do episódio, a plataforma descredenciou

a advogada como representante legal e o caso escalou.

Em decisão da semana passada, Moraes reconheceu que "não há dúvidas" de que a plataforma já cumpriu outro requisito para o retorno: bloqueio de um conjunto de perfis. Foram nove contas suspensas, entre elas a do senador Marcos do Val (Podemos-ES).

"Diante da documentação trazida aos autos, não há dúvidas de que a X Brasil comprovou o integral cumprimento de todas as ordens judiciais referentes aos bloqueios de perfis nesses autos como requisito essencial para o retorno imediato de suas atividades em território nacional", escreveu o ministro.

IDENTIFICAR ACESSOS

No mês passado, com a mudança de endereço eletrônico pelo próprio X, a plataforma chegou a ficar com livre acesso no Brasil. Em documento, a Anatel informa que o bloqueio foi totalmente retomado pelas operadoras notificadas.



Mais de um mês atrás. Alexandre de Moraes determinou a suspensão da rede social X no Brasil em 30 de agosto

OS PAGAMENTOS

Transferência determinada

Moraes já havia bloqueado R\$ 18,3 milhões para o pagamento de multas. O X informa que irá pagar esse valor sem a Starlink participar da operação.

Multa pelo 'drible' no bloqueio

A rede social vai ainda pagar R\$ 10 milhões pelo descumprimento, por dois dias, da decisão que determinava a suspensão da plataforma.

Representante legal

O X vai pagar a multa de R\$ 300 mil imposta à advogada Rachel Villa Nova, anunciada como representante legal da plataforma no país.

Como mostrou O GLOBO, a Anatel e a Polícia Federal (PF) entregaram ao STF relatórios sobre o acesso ao X após o bloqueio.

A PF, em outra frente, também informou ao Supremo sobre o que tem feito — as medidas adotadas — para identificar os casos de acesso vedado por decisão de Moraes à rede social X, para eventual

aplicação da multa.

A identificação dos usuários de acessos irregulares foi solicitada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e autorizada por Moraes no último dia 16.

Moraes determinou a suspensão do X no Brasil no dia 30 de agosto, devido ao não cumprimento de decisões do Supremo e à falta de um represen-

te legal da plataforma no Brasil. Três dias depois, a decisão foi confirmada pela Primeira Turma da Corte.

Há duas semanas, o X iniciou um processo de cooperação. A rede social bloqueou nove contas, como havia sido determinado por Moraes, e indicou advogados para atuarem em sua defesa no país.

**Fábio Alves**E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve

A pressão dos alimentos

Um dos grandes pontos de alerta, hoje, para a inflação é o que vai acontecer com os preços dos alimentos nos próximos meses, em meio a condições climáticas cada vez mais adversas no Brasil: secas prolongadas, **queimadas** atingindo várias regiões ou até mesmo chuvas torrenciais inundando plantações.

A expectativa de muitos analistas é de que a inflação de alimentos vai subir. Mas a dúvida ainda é se as projeções atuais de analistas podem estar subestimadas. Basta ver o que já está ocorrendo com os preços agropecuários no atacado. O Índice Geral de Preços -

Mercado (IGP-M) acelerou de uma alta de 0,29%, em agosto, para 0,62% em setembro, pressionado justamente por reajustes de grãos, da carne e de outros produtos agropecuários.

Os preços de produtos agropecuários, no âmbito do IGP-M, deram um salto de 0,52%, em agosto, para 2,36% em setembro, levando a variação acumulada em 12 meses para 9,58%. A carne bovina subiu 4,07%, a suína registrou alta de 9,54%, enquanto o mamão disparou 27% e a laranja, 11%. “Seguimos monitorando os preços no atacado bastante de perto”, diz Leonardo Costa, economista do ASA. “Pressões ali po-

dem, sim, se manifestar nos alimentos medidos pelo IPCA.”

Para Costa, o principal desaque dos próximos meses será a carne, com o preço no ata-

A expectativa de muitos analistas é de que a inflação de alimentos vai subir nas próximas semanas

cado subindo bastante nas últimas semanas e potencialmente afetando a inflação ao consumidor medida pelo IPCA. Segundo ele, parte desse efeito já apareceu no IPCA-15 de setem-

bro, mas acabou ofuscado pela queda dos itens in natura.

“O grupo alimentação no domicílio deve registrar a maior taxa no ano entre os principais componentes do IPCA, pensando em serviços, bens industrializados e administrados, o que pode ser explicado pela alta de preço das proteínas – liderado pela alta das carnes – em 2024”, diz Costa.

A maior preocupação de analistas é com o efeito da seca, que, até o momento, ainda tem sido limitado sobre a inflação dos alimentos, embora já afetando consideravelmente o preço da energia elétrica. Agora em outubro, por exemplo, entrará

em vigor a cobrança da bandeira tarifária vermelha patamar 2. Mas o economista do ASA não descarta um maior impacto da seca sobre os preços dos alimentos “caso não se concretize o bom plantio de grãos no Brasil nos próximos meses”.

Para combater as pressões sobre a inflação, o Banco Central deu início a um ciclo de alta de juros. Mas esse aperto monetário não conseguirá conter o aumento de preços se uma seca prolongada causar um choque de oferta de grãos, carnes e outros produtos agropecuários. ●

COLUMNISTA DO BROADCAST

Irã lança mísseis contra Israel e aumenta temores de guerra total no Oriente Médio

Internacional

Ataque não teve feridos graves, segundo o governo israelense, que promete retaliação; petróleo sobe e bolsas americanas encerram o dia em baixa

O

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Posse no México

Primeira mulher a assumir a presidência do México, Claudia Sheinbaum tomou posse ontem no cargo, que ocupará pelos próximos seis anos. Em seu discurso, ela destacou o papel de seu antecessor e padrinho político, Andrés Manuel López

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Brasil assume Brics em 2025 com agenda mais ampla que a do G20

Relações externas Intenção é dar mais impulso a mudanças no sistema financeiro internacional

Com uma agenda mais econômica que a do G20, a presidência do Brasil no Brics em 2025 busc

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Ambiente ____A16

Marina propõe a Lula Autoridade
Climática sob o seu comando

Ambiente

Marina Silva propõe a Lula ficar com a Autoridade Climática

Uma das principais disputas em torno do órgão é sobre onde ele será alocado; para Casa Civil, estrutura deve ser subordinada à cúpula do governo

CAIO SPECHOTO
SOFIA AGUIAR

A minuta do projeto para criar a Autoridade Climática elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, de Marina Silva, mantém o órgão sob seu guarda-chuva, dando continuidade à principal disputa que envolve onde a nova estrutura será alocada. O texto também traz disposições mais amplas sobre como funcionará a política brasileira na área. A proposta, que agora está na Casa Civil, distribui atribuições da área entre União, Estados e municípios.



“Os outros ministérios não vão aceitar ser subordinados ao Meio Ambiente”

Carlos Minc
Ex-ministro do Meio Ambiente

A minuta foi encaminhada à Casa Civil na segunda-feira e está sendo analisada pelo governo. A ideia é que a Autoridade seja uma estrutura para coordenar as ações do governo relacionadas à crise climática. Também deve monitorar o cumprimento de metas e indicadores ambientais – a função teria alguma semelhança com as de uma agência reguladora.

Quando o governo anunciou a criação do órgão, em 10 de setembro, Marina deu como exemplo outros órgãos fe-

derais como Ibama, ICMBio (responsável pelas unidades de conservação) e Anvisa, que cuida da vigilância sanitária.

A Autoridade Climática foi proposta por Marina em 2022, durante a campanha eleitoral. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) incorporou a sugestão para atrair o apoio da atual ministra.

O plano desenhado pela equipe de transição do governo previa que a Autoridade Climática tivesse até status de ministério. Antes do início do mandato, a própria Marina foi cogitada para o cargo, ideia que não avançou. A ministra, em seu discurso de posse em 4

de janeiro de 2023, havia prometido que o governo enviaria ao Congresso a proposta de Autoridade Climática até abril – o que não ocorreu.

Quando o Rio Grande do Sul foi devastado por uma tempestade sem precedentes em maio, o governo voltou a cogitar a proposta. Mas, como a *Coluna do Estadão* mostrou, auxiliares palacianos não viam chance de a Autoridade prosperar no Congresso, diante das frequentes dificuldades de articulação política da gestão



Fogo devasta trecho do Pantanal, no Mato Grosso do Sul; número de incêndios cresceu em 2024

Lula no Legislativo.

Lula ressuscitou a ideia depois de ser alvo de pressão por conta da escalada dos incêndios florestais pelo País, incluindo a Amazônia e o Pantanal. Como o *Estadão* mostrou, o governo federal vinha sendo alertado desde o início do ano sobre o risco de avanço da estiagem e das queimadas.

PROPOSTA EM ANÁLISE. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou ao jornal *O Globo* na semana passada que o Ministério do Meio Ambiente havia somente elaborado uma apresentação de Power Point sobre o tema, sem colocar no papel formalmente como funcionaria a Autoridade Climática. Agora, com o envio da minuta, existe uma proposta concreta em análise.

O ministro-chefe da Casa Civil tem defendido que o órgão não fique subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, mas a uma estrutura da cúpula do governo – talvez até mesmo a Presidência da República.

Isso daria a quem quer que comande a futura Autoridade Climática mais condições políticas para enquadrar outros ministros, caso necessário.

Além disso, a pasta de Marina Silva é vista como periférica, o que poderia gerar dificuldade em torno da elaboração de políticas públicas e diálogo com o Congresso.

Outro ponto negativo detectado pelo Planalto é uma resistência do Poder Legislativo, onde a pauta relacionada ao ambiente é pouco popular, e dar mais poder à ministra do Meio Ambiente.

PROPOSTA DE MARINA. Contra a ideia do ministro da Casa Civil, Marina insiste em manter a estrutura sob sua influência. A

Suspeito de incendiar Parque de Brasília tem casa revistada pela PF

A Polícia Federal vasculhou a casa de um dos suspeitos de incendiar Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, no Parque Nacional de Brasília, no último dia 25. Ele seria o dono e condutor do carro usado para incendiar a área na região da Ponte Alta do Gama. O veículo foi apreendido e vai passar por perícia.

Segundo a corporação, o incêndio pode ter atingido mais de 380 hectares, o equivalente a 570 campos de futebol. A ação dos criminosos foi registrada em câmeras de vigilância, que filmaram o veículo parando na área de proteção e os suspeitos ateando fogo no local. O alvo da PF foi visto com um segundo suspeito, ainda não identificado.

A diligência ocorreu na segunda, 30, no bojo de um dos inquéritos da PF para identificar responsáveis pelo fogo que assolou o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, e a Floresta Nacional e o Parque Nacional de Brasília, no DF. Os suspeitos poderão responder pelos crimes de incêndio florestal e dano a unidade de conservação, dentre outros. ● PÉPITA ORTEGA

aposta da ministra seria escolher alguém de perfil mais técnico para comandar a autoridade climática como forma de reduzir as resistências.

Reservadamente, fontes do governo afirmam que o projeto deve ser finalizado logo,

mas não dão uma estimativa de tempo para que tudo seja concluído.

AVALIAÇÃO DE EX-MINISTRO.

Ouvindo no mês passado pela *Coluna do Estadão*, o ex-ministro do Meio Ambiente de Lula (entre 2008 e 2010), Carlos Minc (PSB) avalia que a Autoridade Climática prometida pelo governo federal deverá ficar atrelada à Presidência da República e não à pasta comandada por Marina. “Os outros ministérios não vão aceitar ser subordinados ao Meio Ambiente”, afirmou.

Minc também disse que essa é sua posição desde que fazia parte do governo de transição do atual presidente, no final de 2022. O tema foi amplamente discutido pelo grupo, mas sem conseguir consenso, o que dificultou a apresentação de uma proposta formal.

Governo sob pressão Escalada de queimadas levou Lula a ressuscitar ideia da criação da Autoridade Climática

“Marina já defendia que devia ficar no Ministério do Meio Ambiente. Qual é a força que essa estrutura vai ter para determinar ações na Agricultura ou Minas e Energia, se é do mesmo status?”, indagou. “O ministério não manda em outro. Então, tem que ser realmente acima e integrada”, concluiu. Segundo ele, a execução dessa proposta de criar a Autoridade Climática, porém, deve ficar apenas para 2025. “Pode ser que seja anunciada com mais detalhes neste ano ainda, mas estruturada e gerando efeito, com certeza ano que vem”. ●

Governo vai promover biocombustíveis no G20

O governo brasileiro pretende defender junto aos demais países do G20 a aceleração da queda dos custos de financiamento de projetos ligados à transição energética. Ao mesmo tempo, quer aproveitar a oportu

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Agência Internacional de Energia propõe selo global para combustível sustentável

Certificação levaria em conta as emissões de gases de efeito estufa; governo Lula vê chance de rebater argumento europeu contra etanol

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Fábio Pupo

FOZ DO IGUAÇU A AIE (Agência Internacional de Energia) apresentou dois relatórios durante as reuniões do G20 que propõem um sistema de certificação global para combustíveis sustentáveis, considerando tanto as emissões diretas de gases de efeito estufa como aquelas geradas pelo uso da terra.

A ideia é aplicar a cada combustível um selo de sustentabilidade que varia de A a E, de forma semelhante ao selo de eficiência energética dos eletrodomésticos. Com isso, o mecanismo poderia ser facilmente assimilado tanto por investidores, para decidir sobre a aplicação de recursos, como pela população em geral, ao abastecer veículos, por exemplo.

O organismo destaca o etanol, apontado como o biocombustível em uso comercial que mais rapidamente atende à demanda e reduz emissões.

A AIE também incentiva a adoção de diferentes opções sustentáveis existentes hoje, mesmo que não sejam perfeitas, e diz que as respectivas emissões podem ser ainda menores ao longo do tempo desde que os devidos investimentos sejam feitos.

Os estudos da AIE sobre o tema foram encomendados pelo governo brasileiro, que viu as conclusões como positivas para o mercado nacional. Para o governo Lula (PT), a visão da agência desmonta a tese usada principalmente pela Europa de que os biocombustíveis não são tão benéficos para a descarbonização, e que alguns deles levariam ao **desmatamento** ou concorreriam com a produção de alimentos.

Para a AIE, embora a mudança no uso da terra possa ser importante, ela deve ser gerida por meio de políticas separadas — e não analisada junto com as emissões diretas. O objetivo é evitar colocar todo o ônus da transição sobre aqueles que estão investindo em tecnologias limpas.

“O entendimento da agência foi uma grande vitória”, destaca Heloisa Esteves, diretora de Estudos, do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), ligada ao Ministério de Minas e Energia.

Esteves reforça que a Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis, divulgada pela EPE em agosto dentro dos princípios do “poupa-terra” (que têm como objetivo maximizar o uso da terra já explorada), mostra que existe no Brasil um alto potencial de expansão da produção de biocombustíveis sem risco de concorrên-

cia com a produção de alimentos.

Segundo o texto, a produção adicional de biocombustíveis no país, apenas com a recuperação de pastagens degradadas agrícolas e potencialmente mecanizáveis, foi estimada em 8 bilhões de litros (o equivalente a quase um quarto da produção atual).

O setor empresarial concorda com a percepção de que o tema

avança com o plano da AIE.

“A agência legítima que o Brasil tem uma solução replicável no etanol, e entendo que ela é uma aliada ao trazer elementos técnicos para uma discussão que tem muito de geopolítica e segurança energética para os países”, afirma André Valente, diretor de sustentabilidade e ESG da Raízen, que tem acompanhado as discussões.